

A REVOLUÇÃO DOS BICHOS, DE GEORGE ORWELL: Uma análise comparativa ao período da Ditadura Militar (1964-1985) e as suas implicações no Brasil recente

Cecília Maria Bezerra de Oliveira

Doutoranda em Ciências da Educação, Mestra em Ciências da Educação, Especialista em Planejamento Educacional, Licenciada em História, professora do Centro Universitário do Rio São Francisco – UniRios e da Rede Estadual de Educação da Bahia

Késsia Poliana Santos Soares

Licenciada em Letras pelo Centro Universitário do Rio São Francisco – UniRios, professora do Colégio Sete de Setembro – Paulo Afonso – BA.

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo apresentar o resultado de uma monografia escrita para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras, do Centro Universitário do Rio São Francisco – UNIRIOS, a pesquisa de caráter bibliográfico e qualitativo de análise comparativa entre os fatos históricos do Brasil de 1964-1985, período da Ditadura Militar, o Golpe de 1964 e a obra literária “A Revolução dos Bichos”, de George Orwell, escrita em 1945, tendo como arcabouço teórico a ideia sociológica de Configuração da sociedade de Norbert Elias, além da apresentação de conceitos historicamente construídos com Utopia e Distopia e a apresentação de um panorama histórico da História Recente do Brasil. A obra *A Revolução dos Bichos* comparada ao período ditatorial brasileiro evidenciou as características violentas e opressivas, demonstradas os governos totalitários e autoritários, seus processos de construção dos meios que impossibilitam a existência plena de ambiente desigual, opressor e violento.

Palavras-Chaves: Literatura e História. Utopia e Distopia. A Revolução dos Bichos. George Orwell. Ditadura Militar.

GEORGE ORWELL’S ANIMAL FARM: A comparative analysis with the Military Dictatorship (1964-1985) and its implications in current Brazil

ABSTRACT

This article aims to present the result of a monograph written as the final paper of the Degree in Literature by the University Center of the São Francisco River – UNIRIOS. This research, whose approach is bibliographical and qualitative, comparatively analyses historical facts in Brazil between 1964 and 1985, Military Regime period, the Coup D’état of 1964 and the book “Animal Farm”, by George Orwell, written in 1945, based on the sociological idea of social configuration in Norbert Elias. This paper approaches historically built concepts of Utopia and Dystopia in comparison with an outlook analysis of Brazilian recent History. The book *Animal Farm*, when compared to the period of Military Dictatorship in Brazil, has highlighted oppressive and violent characteristics shown by the authoritarian governments through the process of imposition of means to enable the existence of an unequal and violent environment.

Keywords: Literature and History. Utopia and Dystopia. Animal Farm. George Orwell. Military Dictatorship.

1 INTRODUÇÃO

Na conjuntura atual brasileira, transparece características presentes no Brasil ditatorial (1964-1985), exibindo a urgência em utilizarmos da História e Literatura para conflitarmos com este processo, visando a análise da sociedade brasileira com foco na Teoria Configuracional, de Nobert Elias (1897 - 1990), objetivando efetuar uma consideração sobre as características da sociedade brasileira no Golpe de 1964, comparando esse processo ao estudo da obra *A Revolução dos Bichos* (1945), de George Orwell.

Esta pesquisa traz à tona a literatura orwelliana atrelada ao seu contexto histórico, o qual reflete e influencia diretamente o seu discurso. Nesse viés, a comparação entre a obra escolhida e o foco na recente ditadura brasileira, faz-se imprescindível, uma vez que poderemos adentrar no conto fabulário, de Orwell, e evidenciar as características do sistema totalitarista, que se assemelhou ao Brasil ditatorial. O caráter social orwelliano, atrelou-se à sua maneira didática para expor a ideologia e construção do totalitarismo efetuado através da tortura, exploração e violência estatal. Observando-se o desenvolvimento de um gênero infantil, como a fábula, o autor a utiliza para a criação do universo distópico por meio de uma sátira política, que, contém como base a denúncia do ambiente violento, que fere às garantias básicas para o indivíduo. Um livro de conteúdo político que permite desenvolver uma análise configuracional, por intermédio do discurso, que constitui uma representação dos períodos totalitários, posteriores a Primeira Guerra Mundial.

Com base na obra escolhida para pesquisa, caracterizarmos o período ditatorial brasileiro que dialoga com a violência legalizada com aparelhos estatais, analogamente ao livro. Notamos que nos dois ambientes, seja ele, ficcional ou real, expõe-se um regime que viola à responsabilidade estatal em garantir direitos básicos para a condição de vida plena do cidadão. Sendo assim, adentramos na construção dos períodos analisando o caráter social e histórico, compreendendo a sociedade e as diversas possibilidades de (re)construí-la. É na Literatura, que o homem demonstra aspectos da sociedade de maneira utópica e distópica que será demonstrada, panoramicamente, nesse artigo.

Para efetuarmos a finalidade deste estudo foi necessário a realização de procedimentos que objetivavam responder as indagações relacionadas ao tema, a exemplo, fez-se importante conceituar a Análise Configuracional, que rege a comparação e contextualizar configuração da política brasileira recente. A partir deste processo, conseguimos compreender as relações e divergências na obra e no Brasil Recente.

Este trabalho de viés bibliográfico, objetivou a utilização da comparação para validar a efetuação de análises sobre os fenômenos e acontecimentos sociais, atrelando a Literatura e História para efetuar o processo comparativo. A análise literária corrobora à perpetuação da memória histórica, para que a sociedade conheça seu passado político. A análise comparativa entre a obra literária e os acontecimentos históricos faz-se possível como ato de construção do conhecimento, por meio investigativo dos processos, possibilitando o desenvolvimento de modelos com base na análise das diferenças e semelhanças corroborando para explicar os fatos e compreendê-lo.

Abordamos a pesquisa sociológica de Norbert Elias (1993, 1994) que em sua análise configuracional da sociedade corrobora, assim, para o entrelaçamento social dos fatos históricos, além da escritora Hanna Arendt (1906-1975), na obra “Origens do Totalitarismo” (1989) selecionada por seus estudos sobre governos totalitários, evidenciando seu caráter violento. Além disso, Fausto (1995) e Gaspari (2003, 2011) que colaboraram nas pesquisas acerca da História do Brasil e o período de 1964. Abordamos também, o estudo “A Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991”, do Hobsbawm (1917 – 2012), traz à tona as crises e as relações de poder regentes no século XX.

Esse artigo está dividido em quatro partes, na primeira seção apresenta conceitos da “Teoria de Análise Configuracional” para conhecermos a perspectiva eliasiana sobre como a sociedade age por meio de interdependência e poder, a conceitualização de Utopia e Distopia, a fim de exhibir os anseios sociais do homem. A segunda parte apresenta o conceito de utopia e distopia, fazendo uma retrospectiva histórica da construção desses termos. A terceira seção apresenta, uma ampla retrospectiva da História Política do Brasil Recente para compreendermos como a conjuntura política influenciou à efetuação do Golpe de 64 e suas implicações. A quarta seção apresenta o desenvolvimento da obra política orwelliana e analisa a configuração dos ambientes violentos e centralizadores, “A Granja dos Bichos” e o Golpe Militar.

2 CONFIGURAÇÃO: PODER E INTERDEPENDÊNCIA SOCIAL

O conceito de Configuração tem a função de ferramenta conceitual; primeiro, retirando a ideia de que o indivíduo e a sociedade são opostos; segundo, reconhece as dinâmicas pessoais como coletivas, uma vez que defende a dependência mútua para o desenvolvimento cultural do homem, tanto intelectualmente como biologicamente. A sociologia configuracional será utilizada para compreender a sociedade, o advento de suas problemáticas e a análise da subjetividade do indivíduo. Para entendermos o contexto social da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) recorreremos a Teoria Configuracional para reconstruir as teias e o *habitus* que corroboraram para o desenvolvimento de uma sociedade propensa a golpes políticos.

A perspectiva elisiana sobre os costumes sociais e individuais do cidadão mostram-se como uma convenção cultural em decorrência da passagem temporal que estabelece as condições básicas sociais, exibidas nas relações opressivas e dominantes. Portanto, a visão de Elias atrela-se a sociologia e psicanálise ao buscar desvendar o desenvolvimento antropológico, afasta-se das concepções deterministas vigentes e analisa a sociedade e o homem por meio de uma faceta social e realista.

O conceito configuracional, ressalta a problemática que não se separa o indivíduo e a sociedade como se estivessem em diferentes estágios, afirma que o “conhecimento se faz atrelado à sociedade, ambos são passivos de transformações [...] As instituições nunca desempenham uma função exclusiva para o chamado, tal como um estado ou uma tribo; desempenham também uma função para com os seus membros” (ELIAS, 2008, p. 137), portanto, analisa a problemática da interdependência humana, entendendo os fatores que interligam os homens socialmente. Assim, há relações de interdependência: conexões sociais, afetivas e identitárias, fatores marcados pelo funcionamento social criado, valorizado e transmitido à sociedade na integração dos indivíduos. Estes valores são obtidos com uso da relação de poder, conhecimento e comportamento humano, de modo, são fatores que resultaram a história contemporânea, por meio do conceito de redes sociais, que foi aplicado na sociedade ocidental pós-moderna. (ELIAS, 1994).

A teoria do processo civilizatório entende a sociedade como volúvel e variável, as modificações estariam conectadas ao *habitus*, ao afirmar que podemos explicar a vida do ser humano atrelada ao seu meio social e as necessidades para sua sobrevivência. O *habitus* resultado da construção de teias de interdependência e configurações são vistos nas relações

sociais: família, cidade, escolas, ou seja, na camada social como um todo, por meio de suas necessidades e disponibilidades (ELIAS, 1994).

Por isso, o uso da teoria configuracional colabora no entendimento da participação social e a modificação da dinâmica, exibe a criação da relação do indivíduo e sociedade como construção histórica, que considera as estruturas emocionais dos grupos que averigam. Na concepção de configuração das redes humanas, há a naturalização do homem ao ambiente social que o insere e o desenvolvimento da história faz-se se sobrepondo no meio físico. As regras sociais se transformam em processos aceitos pelos homens na sociedade. Elias afirma que:

as mudanças sociais de longo prazo dos sentimentos e dos comportamentos – as quais de fato resultaram do entrelaçamento e do entrecruzar das intenções de muitas pessoas – não podem ser explicadas ou entendidas como resultados de planos e metas de seres humanos ou de grupos de seres humanos singulares, mas sim como fatos de caráter próprio. Mesmo não se tratando, de forma alguma, de acontecimentos naturais, mas sim de fatos da convivência social dos seres humanos, tais mudanças sociais são parte de um âmbito factual que não se pode entender ou explicar como se fosse ancorado em ações planejadas de seres humanos ou de grupos de seres humanos. (2006, p.334)

Na sua visão, a sociedade foi construída através de papéis definidos, que aparentam ser um fato superior ao homem, porém, o conceito configuracional traz à tona que tais papéis foram criados e hierarquizados pelo próprio humano através dos séculos. A dinâmica social vista no processo civilizatório enquadra-se como conceito de refinamento que, mostra-se, também, como se estrutura a personalidade, que inicia o processo segundo os moldes civilizatórios por meio consciente.

Não obstante, ao passar dos anos, torna-se implícito; e ganha o caráter de segunda natureza do homem que busca seguir para enquadra-se socialmente, consistindo em um “saber social incorporado” (DUNNING e MENNELL, 1997). Mennell explica: “Cada jovem pessoa está sujeita automaticamente, a partir da primeira infância, a um processo civilizador individual que molda seu comportamento – em maior ou menor medida, e com grau de sucesso maior ou menor – aos padrões prevaletentes que, por sua vez, se desenvolveram a partir de um processo civilizador social” (1998, p. 50).

As relações sociais de interdependência transformam-se a partir da diferenciação e estratificação da sociedade. O processo não advém como inato ao homem, este exercício, encontra-se à mercê de transformações sociais, advindas devido à exigência social. E mantém

o resultado de padronizar o comportamento, perpassando, primeiramente, pelo controle externo, depois o caminho de auto coerção; “[...] a pessoa está em constante movimento; ela não só atravessa um processo, ela é um processo” (ELIAS, 2008, p. 129). O indivíduo busca manter-se em ordem, segundo os adventos sociais, utiliza-se do sentido emergencial de controle. Para Elias (1994) há uma “ordem invisível”, cada ser pertence a um lugar determinado, faz-se como resultado do entrelaçamento humano e são oportunizadas possibilidades limitadas para o seu comportamento, assim:

[...] cada pessoa singular está realmente presa; está por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e a nada mais, que chamamos “sociedade” (ELIAS, 1994, p. 24).

Nesse sentido, a configuração orienta as transformações sociais, emprega o tratamento das relações que consideram os processos como estágios efetuados por meio da dependência funcional, ao mostrar-se como desenvolvimento do elo. À vista disso, os homens estão interligados por conta da sua natureza humana, as sociedades se estruturam por meio de suas criações/origens, cada ser humano inserido em sociedade crescerá com a sua consciência moldada em sua cultura e seu século.

Por conseguinte, a sociedade se estabelece como um processo mutável, observado por estágios na perspectiva elisiana, mostra o desenvolvimento da civilização que exige transformações advindas da estrutura coletiva e sociointerativa, que são processos naturais e fazem parte da sociedade atual, os arranjos sociais, tornam-se contínuos e abrangentes, que figuram os aspectos e direciona o homem. (ELIAS, 2006, p.28)

A sociologia configuracional examina a construção social e os seus resultados históricos, as influências na sociedade atual ou futura, permite ser vista como estudo da formação da coletividade humana, exhibe como a sociedade se molda e como se modifica por causa das influências de seu período; ao questionar o progresso e as redes sociais naturalizadas, que foram inseridas por meio do processo civilizatório, desenvolve o papel de debater sobre o conceito para buscar entendê-lo, assim, aborda “estudos que estivessem mais próximos da realidade da vida” (ELIAS, 2001, p. 44).

Logo, o conceito configuracional traz à tona o acarretamento deste processo nos arranjos sociais estabelecidos, ao efetuar o estudo do homem e seu ambiente social. O estudo dos processos sociais e o advento da configuração social; faz-se necessário para o desenvolvimento da pesquisa que traz a abordagem sobre a estruturação de um golpe na sociedade brasileira. E também para este estudo torna-se indispensável compreender a sociedade como agente mutável, dependente do ser humano.

2 UTOPIA E DISTOPIA: A CRIAÇÃO DE UM UNIVERSO

Com o Renascimento – século XVI - marco na história ocidental, o mundo cristão é expandido por meio do processo de colonização, efetuado pelas nações europeias, com a intencionalidade de explorar com o uso da religião e violência. O Utopismo somente ascenderia em um período que o homem estivesse esperançoso com as mudanças econômicas, políticas e sociais. Segundo Petifils: “Após um longo período de eclipse na Idade Média, o utopismo volta a surgir no século XVI, quando as grandes descobertas, as transformações sociais e o progresso técnico passaram a questionar os fundamentos e os valores do mundo medieval” (1977, p. 16).

Evidenciando um contexto propício para estabelecer uma literatura utópica - a junção entre o real e a ficção - ligação entre o desejo pela transformação e o ato de instigar a busca por modificações; aparece como um complemento à sociedade que, o homem insatisfeito encontra-se. Essa ligação demonstra o antagonismo entre o mundo real e a utopia apresentada nas obras, em simultaneidade, mostra-se como vida e sonho. Segundo Sichel: “As utopias estavam então em voga — um escoadouro para as idéias (sic) dos homens sobre o governo e a conduta, concebidas no verdadeiro espírito renascentista, com o fato e a fantasia ricamente entretecidos (...). A República de Platão, juntamente com as narrativas correntes de novos mundos, movera a imaginação dos homens.” (1977, p. 107).

Ao analisarmos a etimologia da palavra Utopia²⁸ encontra-se os morfemas: u- não existente e topos- ideia de lugar, lugar inexistente. Logo, acontece com base na junção entre ficção e fantasia, o escritor utópico compromete-se em desenvolver um universo que pretende

²⁸ Substantivo feminino, situação ou local idealizado; refere-se especialmente a um tipo de sociedade com uma situação econômica e social ideal. O que está no âmbito do irrealizável; que tende a não se realizar; quimera, sonho; fantasia. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/utopia/> Acesso em: 19 de maio de 2020

demonstrar a motivação de escrever um texto imaginário, que transmite o profundo descontentamento com a realidade e devido à carência de um mundo ideal resolve criar o seu próprio universo.

Assim, Riot-Sarcey (1998) afirma que os utópicos buscavam uma nova ordem, ao partir do princípio de religamento entre os homens por meio de uma conjuntura socializada ao dissolver uma realidade desigual. Portanto, a ideia de Utopia desenvolve-se a partir da realidade que oportuniza espaço para a idealização, ao caminhar do real para o imaginário de ordem digna e humanitária mantém-se a base verossímil.

À vista disso, Dubois (2009, p.22) afirma sobre o gênero utópico que: “A descrição dos aspectos constitutivos imaginários de uma sociedade ideal.” Faz-se a construção representativa de um mundo diferente, onde ocorre a possibilidade mínima de ser realizável, ademais, sendo utilizado para denominação de sociedades perfeitas, com base em princípios que buscarão igualdade e pacificidade. De modo, uma doutrina social que permite transformar o status estabelecido, com base em elementos reais modificados para tornarem-se conteúdo utópico.

A princípio, a criação do termo Utopia surge com o autor Thomas Morus, diplomata e escritor, que criou a obra homônima em 1516. “Se não é a melhor das repúblicas, é a melhor das utopias” (DERMENGHEM, 1927, p. 15), que descreve a chegada de um navegante à uma ilha que continha um governo que visava a organização social, ao proporcionar condições dignas de vida à população. Assim, Morus desenvolve a primeira obra de caráter utópico, outras produções serão inspiradas em seu trabalho, como “A cidade do Sol” (1602), de Tomaso Campanella.

Indubitavelmente, o utopismo surge em oposição aos conceitos ocidentais que estabeleciam o individualismo e a divisão de classes que corroboram à ideia da propriedade privada por meio da infelicidade do homem em sociedade, permitindo, portanto, a destruição da relação de comunidade. De forma antagônica, o utopismo ressurgiu baseado na concepção de comunidade com uso da colaboração do coletivo, pondo em desuso as ideias individualistas ascendentes na cultura ocidental, de modo, este ideal corrobora com o conceito de Estado platoniano.

Ademais, contrariamente à Utopia, a Distopia surge como um lugar visto pela anti-idealização, com base na criação de um espaço caracterizado também pela oposição ao conceito utópico, logo, é importante abordarmos o que possivelmente foi a primeira utilização do termo em 1868, quando Gregg Webber e John Stuart Mill discursaram no Parlamento Britânico e desenvolveram sua conotação negativa. Claeys afirma que:

O termo ‘distopia’ foi evidentemente cunhado em 1747, escrito como ‘dustopia’. Em 1748, a ‘distopia’ foi definida como ‘um país infeliz’ [por Budakov]. O uso relevante seguinte veio em um discurso de 1868, de John Stuart Mill, no Parlamento. Ali chamou a política britânica na Irlanda de ‘muito ruim para ser praticável’, e seus defensores como ‘cacotopianos’ (como no grego, lugar ruim), ou dis-topianos. [...] A distopia veio a uso comum significativo no final do século XX e, principalmente, na literatura secundária, concentrando-se em textos contemporâneos. (2017, p. 274)

Dado que a etimologia do termo *Distopia*²⁹ formado pelo prefixo Dis – denota o sentido de anormal/doente, e topos – o sentido de região, conclui-se em uma palavra que transmite o sentido de um lugar distorcido. De modo, nas obras distópicas, ocorre uma “barbárie civilizada” (LÖWY, 2000), na qual normalmente o estado violento, corrupto e manipulador desenvolve maneiras de dominação social, por meio da tecnologia que é utilizada como modo de alienação das massas, apresenta-se uma realidade negativa, sem possibilidade de esperança ou transformação social.

Assim, os autores que abordam o tema distópico retratam uma sociedade resultado da repressão por meio da força armamentista, onde evidencia a desigualdade social e a mantém por meio da manipulação, medo e força armada, exibindo ao leitor um futuro catastrófico para humanidade. Hilário (2013, p.206) afirma que: “As distopias são a denúncia dos efeitos de poder ligados às formas discursivas”. Esse alerta se faz com a criação de uma realidade destruída, que expõe os riscos do presente, que podem se concretizar caso o povo não desenvolva consciência.

A primeira obra distópica *Nós*³⁰ (1924), criada por Yevgeny Zamyatin, revela sua função expositiva, os medos do autor sobre a construção de uma sociedade controlada por um Estado

²⁹ Substantivo feminino. Lugar hipotético onde se vive sob sistemas opressores, autoritários, de privação, perda ou desespero; antiutopia. Demonstração hipotética de uma sociedade futura, definida por circunstâncias de vida intoleráveis, que busca analisar de maneira crítica as características da sociedade atual, além de ridicularizar utopias, chamando atenção para seus males. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/distopia/> Acesso em: 16 de maio de 2020

³⁰ Na obra do escritor russo *Yevgeny Zamyatin*, aborda o conformismo da sociedade em relação ao totalitarismo que controla os cidadãos por meio da precisão matemática que é baseada no sistema de precisão industrial.

único, que com a colaboração dos avanços científicos apresenta um governo centralizador de poder estatal, armamentista e tecnológico que influencia as massas com a ideologia dominante. No século XX, ocorre a perda de espaço para obras utópicas, o declínio da busca pela Utopia decorre pelo fracasso do ideal de igualdade entre os homens, as mazelas sociais expostas, o temor perante a produção tecnológica impulsionada pelas grandes guerras, as crises pós-período de guerras e o surgimento do Nazifascismo e seus ideias extremistas. Estes fatores ambientaram propiciamente a criação da antiutopia, o temor dos autores sobre o que esperar do futuro faz com que busquem retratar esta sociedade.

Observemos que a literatura se encontrava atrelada às questões sociais, e as distopias também se fazem com objetivo de transmitir uma visão acerca do mundo, “expressam o sentimento de impotência e desesperança do homem moderno assim como as utopias antigas expressavam o sentimento de autoconfiança e esperança do homem pós-medieval”. (FROMM, 2009, p. 269). Percebe-se como faz-se necessário abordar o período histórico do surgimento da primeira obra distópica, ao exibirem mundos criados com o teor negativo, demonstram o medo que rodeava este momento. Segundo Hobsbawn: “Temos como certo que a guerra moderna envolve todos os cidadãos e mobiliza a maioria; é travada com armamentos que exigem um desvio de toda economia para a sua produção, e são usados em quantidades inimagináveis; produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida dos países nela envolvidos” (1995, p. 51).

Os acontecimentos vivenciados nas guerras mundiais transtornaram a vida da população, interferindo na sociedade. A obra distópica, muitas vezes, exhibe a sociedade distorcida pelos resultados da guerra, resultante em totalitarismo. Com o propósito de ser uma literatura de denúncia; que exhibe possíveis acontecimentos devido ao avanço armamentista e centralização de poder por meio de uma visão crítica e satírica da sociedade, ocorre a desesperança total de modificar a ordem vigente.

As características negativas são acentuadas para efetuar uma experiência que busca exhibir a face do totalitarismo, significa um universo dividido por meio da desigualdade social exacerbada e a exploração das classes com a colaboração do medo e força para que continue alienada exercendo sua função em condições desumanas promovendo mais desigualdade. Logo, Candido (2000) aborda que a maneira mais efetiva de chamar atenção sobre uma

verdade é exagerá-la, este ato é encontrado na narrativa distópica para potencializar o possível futuro.

Portanto, a literatura distópica contém uma narrativa sociopolítica e mantém uma relação com seu período de produção ao retratar a sociedade real, porém, transfigurada, exhibe a escravidão intelectual e física do homem como resultado da sua própria ação. Surge para desafiar e alertar sobre o futuro ao aproximar a arte e a realidade em sociedade visando trazer lucidez para o leitor. Um exemplo atemporal é a obra *Admirável Mundo Novo* (1932), de Aldous Huxley, que sinaliza sobre a evolução da tecnologia como arma para divisão social. Assim, faz-se a obra distópica³¹ como a expressão da angústia sobre o futuro do ser humano com a finalidade de advertir, que a história precisa ser alterada ou resultará que os homens perderão sua capacidade humana. “É bastante óbvio que a intenção deles é fazer soar um alarme, ao mostrar para onde estamos indo, caso não tenhamos sucesso na promoção do renascimento do espírito de humanismo e dignidade” (FROMM, 2009, p. 378).

Por fim, a literatura como um todo não pode ser vista separadamente do seu momento histórico ou como um reflexo sem intencionalidade da sociedade presente. Com efeito, Adorno afirma (2003, p.66): “A referência ao social não deve levar para fora da obra de arte, mas sim levar mais fundo para dentro dela”. Exhibe a intencionalidade da arte em fazer o leitor experimentar o contexto exposto, de maneira, estas narrativas mantêm a prática de teorizar o que seria a futura experiência em sociedade por meio de uma análise aprofundada da sociedade presente e seu contexto político, evidencia ao homem as possíveis alterações para o futuro.

3 DITADURA MILITAR (1964 – 1985): PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DA CONSTRUÇÃO DE UM PERÍODO TORTUOSO NA HISTÓRIA BRASILEIRA

João Goulart chega à Presidência da República após a renúncia do Presidente Jânio Quadros em 1961, e passa a incentivar uma mudança política, a chamada “Reformas de Base” que consistia em alterações nas estruturas que movimentam o país como a economia, o social e a política, estas medidas visavam o desenvolvimento do Brasil e a diminuição da desigualdade social. Assim, "abarcavam quase toda a sociedade. Existiam planos para as áreas eleitoral,

³¹ Outras obras distópicas consagradas que seguem este processo angustiante sobre o futuro do homem, são *Laranja Mecânica* (1962), *O Senhor das Moscas* (1954), *Eu, Robô* (1950).

administrativa, tributária, urbana, bancária, cambial, universitária e, certamente a mais polêmica, a agrária" (CHIAVENATO, 1994, p.14).

Portanto, tais medidas não agradavam aos latifundiários, imperialismo americano, empresários e os conversadores que se uniram aos militares e deram um Golpe de Estado em 1964, resultando no afastamento de Goulart³² e no arquivamento das reformas. Logo, haveria a finalização do período democrático quando os militares assumem o poder estatal, econômico e social por meio da repressão legalizada com a utilização dos Atos Institucionais, os quais legitimam arbitrariamente as mais violentas maneiras de coação como tortura, exílio ou prisão.

Para assegurar-se que ocorria o controle social, o governo militar desenvolve sistemas para efetuar a repressão baseando-se em investigações e censuras com a utilização do poder estatal para garantir que o golpe continuasse vigente. Chiavenato afirma que: “Um balanço ainda precário registra a prisão de 50 mil pessoas. Pelo menos 20 mil sofreram torturas. Além dos 320 militantes da esquerda mortos “desaparecidos”. No fim do governo Geisel existiam cerca de 10 mil exilados. As cassações atingiram 4.682 cidadãos. Foram expulsos das faculdades 243 estudantes” (1994, p. 131).

Os números de prisões e exílios políticos mostram como eram funcionais os aparelhos de repressão do Estado, havendo a perseguição de professores, cientistas, artistas³³, agricultores, entre outros. Sendo perceptível que o inimigo do governo poderia ser qualquer um. Em consoante, os atos institucionais foram imprescindíveis para a manutenção do ditatorialismo brasileiro. De forma que, faz-se perceptível a constituição do AI-5 nos chamados “Os anos de Chumbo”, que indica seu resultado foi arquitetado com a intencionalidade de reprimir governamentalmente e atingir seu objetivo de aniquilar inimigos do regime. Gaspari afirma:

³² “[...] The elimination of Goulart represents a great victory of free world.” (GORDON, 1964 in TV Brasil/Pequi Filmes, 2011). Discurso proferido pelo embaixador norte-americano Gordon, enviada ao governo norte-americano no primeiro dia de efetivação do Golpe militar, datado em 02/03/1964. Representa a vitória do imperialismo capitalista sobre a suposta ameaça comunista.

³³ Ademais, segundo o autor Stephanou, a censura no Brasil foi “institucionalizada, sistematizada, materializada e explicitada” (2001, p. 26). Assim, restava aos artistas buscarem novos meios de promoverem os inúmeros protestos contra o autoritarismo que formou resistência às artes. De maneira, a arte fez-se como “última instância, falar em cultura brasileira é discutir os destinos políticos de um país”. (ORTIZ, 2001, p. 13). Visto isso, os artistas fizeram uma arte denunciativa, mas também se encontravam à mercê da violência estatal.

A inimizabilidade dos militares envolvidos na repressão política passava a exigir mais que silêncio ou tolerância. Tratava-se de encobrir homicídios por meio de versões insustentáveis, pondo em funcionamento uma nova engrenagem. De um lado o porão demonstrava sua força impondo sua mordaza à oficialidade e ao aparelho judiciário. De outro, ampliava seu contencioso com a sociedade e transformava a tortura numa linha demarcatória entre o repúdio e o apoio ao regime. (2011, p. 173)

Assim, medidas que visavam a dominação populacional, porém, de maneira contrária a isso, surge opositores ao governo que emergiam não só da classe trabalhadora, mas também da classe média brasileira. Assim, ocorre também a ascensão dos guerrilheiros como meio de desenvolver alternativas para revidar a violência estatal. Portanto, a resistência se deu como ato revolucionário que partiu de diversas camadas sociais.

De forma, a repressão do golpe desenvolve-se por meio de uma organização jurídica transitória, uma vez que ainda vigorava a Constituição de 46 e também os atos institucionais que eram constantemente alterados caso fosse requisitado, ocorre a permanência de dois modelos de ordem: um de base constitucional – inalterável –, e outro que era passivo – mutável –, tais modificações estavam atreladas às vontades militares. Com efeito, a ditadura manteve seu caráter ambíguo para ludibriar a população e manter seu poder. Safatle afirma que:

Levemos em conta uma das características mais decisivas da ditadura brasileira: sua legalidade aparente ou, para ser mais preciso, sua capacidade de reduzir a legalidade à dimensão da aparência. Tínhamos eleições com direito a partido de oposição, editoras que publicavam livros de Marx, Lênin, Celso Furtado, músicas de protesto, governo que assinava tratados internacionais contra a tortura, mas, no fundo, sabíamos que tudo isto estava submetido à decisão arbitrária de um poder soberano que se colocava fora do ordenamento jurídico. Quando era conveniente, as regras eleitorais eram modificadas, os livros apreendidos, as músicas censuradas, alguém desaparecia. Em suma, a lei era suspensa. Uma ditadura que se servia da legalidade para transformar seu poder soberano de suspender a lei, de designar terroristas, de assassinar opositores, em um arbítrio absolutamente traumático. (2010, p. 251)

Em suma, a ditadura brasileira conseguiu desenvolver o aspecto democrático, uma vez que os cidadãos acreditavam que poderiam participar das escolhas governamentais. Todavia, os direitos populacionais e constitucionais estavam à mercê da escolha dos ditadores. Por isso, expõe como o golpe brasileiro não resiste a uma investigação aprofundada, mostra-se sua face violenta e contrária aos direitos fundamentais. Portanto, o Brasil perpassa por vinte e um anos de ditadura, que mantém as forças totalitaristas e conservadoras no poder, configurando um papel de opressão efetuado com base no sentimento nacionalista, medo e tortura.

Assim, é notável que o golpe não se faz somente pelos militares, determina-se como civil-militar, uma vez que tinha intenção de proteger os empresários, grandes latifundiários, logo, a

utilização das Forças Armadas teve como fator manter a desigualdade social e concentração de renda, colaborando com as vontades da elite brasileira. Por fim, com efeito este golpe corrobora para notarmos que as entidades conservadoras brasileiras assumem uma postura violenta quando intimidadas por mudanças que favoreçam a população com a colaboração da Força Armada. Notemos que o golpe se fez, fundamentalmente, para retirada da participação popular. O declínio deste panorama ditatorial em 1985, marcara a necessidade do retorno da democracia brasileira, o seguinte texto abordará a denominada reabertura política e a inadiável busca do povo brasileiro pela participação política.

3.1 Reabertura política (1985-2016): o caminho da redemocratização brasileira

Depois do declínio da Ditadura Militar, ocorre o início da busca pela iniciativa democrática, na intencionalidade de recuperar a democracia perdida, o retorno democrático começa a partir do plano governamental de Geisel, que, se deu por meio de “[...] uma transição conservadora e “controlada” pelo Estado para impedir conflitos, “guerras civis”, “agitações, termos frequentemente usados pela grande imprensa [...]” (CORDÃO, 2018, p. 90).

Assim, João Batista Figueiredo, presidente – eleito indiretamente –, continua o projeto anteriormente comandado por Geisel, dado que o povo clamava pela saída dos militares do poder e visava a participação ativa nas decisões governamentais. De tal forma, a luta popular desenvolve a busca pela retomada das eleições diretas, na intenção de eleger um presidente que não estivesse atrelado ao militarismo. Esta movimentação popular ocasiona o “Diretas já” (1983 - 1984) que consistia na participação de milhares de civis que iam às ruas motivados pela insatisfação por conta da perseguição política e crise econômica, intencionavam trazer à tona a democracia.

Dessa forma, acontece o desenvolvimento de pautas democráticas como a revogação dos Atos Institucionais, os mecanismos de repressão militar. De modo, a censura foi banida, mesmo que a liberdade de expressão fosse relativizada, ocorre também o estabelecimento do pluripartidarismo. E, outro elemento importante da regência de Figueiredo consiste na aprovação da Lei da Anistia, no dia 27 de junho de 1979, o presidente envia uma mensagem ao Congresso Nacional que declara:

A anistia é um ato unilateral de Poder, mas pressupõe, para cumprir sua destinação política, haja, na divergência que não se desfaz, antes se reafirma pela liberdade, o desarmamento dos espíritos

pela convicção da indispensabilidade da coexistência democrática. A anistia reabre o campo de ação política, enseja o reencontro, reúne e congrega para a construção do futuro e vem na hora certa (Brasil/Arquivo Nacional³⁴ [b], ACE 2247/79)

O governo de Figueiredo é conhecido como o último regido no golpe militar, ao determinar o processo democrático. Logo, gradualmente ocorre o desenvolvimento da busca pelas eleições diretas. Assim, a reorganização partidária favorece o início do surgimento de novos partidos políticos e novas lideranças, uma vez que volta a ser permitida a criação de opositores, os partidos eram PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PT (Partido dos Trabalhadores).

Portanto, o marco da finalização do período ditatorial brasileiro ocorre quando Tancredo Neves, por meio de uma eleição indireta assume o poder presidencial, porém, falece antes da posse e seu vice-presidente José Sarney se encarrega da continuidade no avanço democrático. De maneira, seu vice Sarney, ex-presidente da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) – partido desenvolvido como falsa oposição a ditadura – representava a garantia de transição de poderes, porém, que permaneceria centralizado na elite brasileira. Ao se responsabilizar por encaminhar a Assembleia Nacional Constituinte, que servia como ferramenta contra a ditadura e para garantir direitos, medidas protetivas a população. Mas,

Se observarmos mais de perto o desenrolar dos trabalhos da Constituinte, verificaremos que a inclusão de pequenos avanços para as classes trabalhadoras, sempre se fizeram sob intensa pressão da bancada de esquerda e no limite máximo da concessão dos políticos de centro e de direita. Entre outras coisas, isto quer dizer que a Constituinte tentou reformar tudo sem modificar nada, de modo a conservar sem arranhões profundos a ordem social já existente (RODRIGUES, 1999, p. 27).

A Ditadura termina, todavia, os seus males continuam na sociedade brasileira. A crise econômica se faz como crise política nas empresas e pequenos comércios, resultando no crescente descontentamento populacional. Segundo Versiane (2014) devido à paralisação econômica brasileira e a hiperinflação, alguns historiadores declaram a década de 80 como perdida e sem grandes acontecimentos. Não obstante, simultaneamente, a acentuação do declínio econômico, ocorre a ascensão das lutas sociais.

³⁴ O Arquivo Nacional é um órgão subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que guarda, preserva, dá acesso e divulga documentos públicos, produzidos, em sua maior parte, pelo Poder Executivo Federal, mas também provenientes dos poderes Legislativo e Judiciário; e documentos privados, de pessoas físicas e jurídicas. Além disso, seu corpo técnico presta orientações a instituições públicas no que diz respeito à gestão e preservação de seus documentos. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/perguntas-frequentes> > Acesso em: 30 de maio de 2020

Nas décadas de 1970/80, a população surge como protagonista social no processo de democratização do país, visava a possibilidade de esperança para a democracia que em consequência traz a modernização e o avanço da sociedade, buscava o momento de retornar o poder de cidadão livre. Não obstante, mesmo com o caráter sociopolítico das manifestações e progresso do retorno da democracia, as eleições diretas só se deram em 1989, é importante salientar que diversos estudiosos, a exemplo, Nunes (2009), afirmam que o regime se finalizou somente com a participação dos cidadãos na eleição de 89, quando Fernando Collor venceu a eleição para presidência. Com efeito, exibe como a participação civil mudaria o panorama ditatorial, e, reivindicaria a democracia brasileira.

A partir da construção da frágil democracia, diante da reabertura política, que implicara no surgimento dos partidos direcionados à população. Exporemos sobre o Golpe de 2016, quando inicialmente, aparentava, o avanço democrático tinha se consolidado no país, analisaremos com base na narrativa do processo de impeachment da presidente eleita e as condições de efetuação de um golpe com uso do Congresso.

3.2 Golpe de 2016: A primeira presidenta do Brasil e a construção do processo de impeachment

No ano de 2013, ocorreram as primeiras manifestações populares que surgiram conhecidas midiaticamente como “*Jornadas de Junho*”, foram desenvolvidas por várias classes sociais, por virtude da insatisfação popular ao preço da passagem do transporte público, surge como estopim para outros levantes populares que demandam urgências sociais. Todavia, rapidamente as pautas se ampliaram, observemos que o lema deste período foi “não é por R\$ 0,20”. Neste momento, a adversidade em definir uma pauta ou uma demanda centralizada para modificações resulta na dificuldade para os historiadores de compreenderem o que se passou e quais foram as consequências para a história atual do país. É ímpar ressaltar que neste ano ocorre o financiamento de grupos de direita como Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua.

Assim, em 2014, o contexto é eleitoral para escolha do novo presidente, porém, o antipetismo começa a ganhar força. Nas eleições, a disputa para segundo turno se faz entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, que desenvolve uma campanha antipetista, mesmo com a crescente impopularidade da presidente, ela vence. Todavia, o segundo turno desenvolve-se o

sentimento de revanchismo por parte do candidato derrotado, uma vez que não reconhece a vitória da candidata, que assume a presidência com 51,64% dos votos, enquanto Aécio termina com 48,36%. Este cenário faz com que haja a procura por um tipo de “terceiro turno”, o que demonstra o desrespeito ao voto popular, a mídia brasileira desenvolve-se como forte arma para a criação do sentimento de revanche proposto por Neves.

Logo, quando Dilma assume seu segundo mandato ocorre o crescimento da sua impopularidade, grande parte efetuada por conta da operação Lava Jato³⁵, que estava prendendo diversos políticos que cometeram crimes, por ser no período de governo petista, há uma crescente descrença no PT, uma vez que a população inicia uma série de questionamentos e acredita que Lula e Dilma estariam envolvidos nos esquemas de corrupção, tal argumento impulsionado pela Direita e a mídia que corrobora na ascensão do antipetismo e no discurso de impeachment.

O desenvolvimento das manifestações contra o governo regido pela Dilma foi criado por meio de um caráter violento, que a mídia transmitia ao vivo e tão fortemente, desenvolvendo chamadas e matérias voltadas contra a presidente. Por meio da violência psicológica e física, que movimenta as manifestações pró-impeachment, as características de autoritarismo e de saudosismo pela Ditadura Militar, denunciam o extremismo dos protestos que se fazem por meio de agressões utilizando um discurso religioso e nacionalista para autenticar sua fala.

Logo, segundo Mcchesney (2010) o processo histórico afirma que as grandes corporações usam sua detenção de poder dos meios de comunicação em prol benefício, efetua-se sua vantagem política ao exibir discursos que corroboram suas ideias sociais e políticas, sendo perceptível que a mídia se faz indispensável para que as empresas consigam comercializar seu capital e expandir seu territorialíssimo por meio do imperialismo.

Neste contexto, o processo de impeachment da Dilma foi requisitado em 2015, pela advogada Janaina Paschoal, sendo aceito pelo Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados e julgado pelo Senado Federal, que condena a presidente ao afastamento do cargo. Por fim, o golpe contra a Dilma se faz de maneira arbitrária. A primeira presidente é excluída e Temer

³⁵ Investigações pela PF, que visava apurar os esquemas de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões em propina, considerada a maior operação anticorrupção no país, o juiz Sérgio Moro desenvolveu um papel midiático a partir da LJ.

Cecília Maria Bezerra de Oliveira | Késsia Poliana Santos Soares

assume com seus parlamentares - homens brancos - efetua-se a volta da elite brasileira ao poder. Além disso, corrobora com o discurso misógino que Dilma precisou enfrentar durante sua regência e posteriormente ao seu impeachment, este processo demonstra o sexismo presente na sociedade brasileira.

Portanto, demonstra um Brasil que perpassava por um momento de ascensão da classe baixa e diminuição da desigual social e de gênero, que implica na gradativa ascensão das minorias. Todavia, traz à tona novamente como a classe alta detém o poder financeiro e político e não permite a mínima condição de ascensão da população desfavorecida. Segundo Chauí:

O Brasil é uma sociedade autoritária, na medida em que não consegue, até o limiar do século XXI, concretizar os princípios (velhos de três séculos) do liberalismo e do republicanismo. Indistinação entre o público e o privado, incapacidade para tolerar o princípio formal e abstrato da igualdade perante a lei, combate da classe dominante às ideias gerais contidas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, repressão às formas de luta e de organização sociais e populares, discriminação racial, sexual e de classe, a sociedade brasileira, sob a aparência de fluidez (...), estrutura-se de modo fortemente hierárquico, e, nela, não só o Estado aparece como fundador do próprio social, mas as relações sociais se efetuam sob a forma da tutela e do favor (jamais do direito) e a legalidade se constitui como círculo fatal do arbítrio (dos dominantes) à transgressão (dos dominados) e, desta, ao arbítrio (dos dominantes). (1986, p. 47-48)

De maneira, o país se faz com base no autoritarismo colocado para perpetuação da estrutura de classes, no qual o pobre deve continuar em sua condição para manter a hierarquização colonial que tem como principal característica a exploração, desumanização e violência. O golpe desenvolve-se também como meio para manter a corrupção exercida pela elite brasileira que ascende por meio da violência e do monopólio ao explorar a população, que fora esquecida pelo Estado, que infelizmente corrobora na manutenção desta situação. Logo, o processo de impeachment é efetuado, e, visa estabelecer o poder na mão da elite governante, acontece novamente um golpe contra população pobre/trabalhadora. Segundo Napolitano:

Desde a fundação da República até a deposição de Dilma Rousseff, há uma “guerra de narrativas” em torno de vários eventos-chave na nossa história que vão além da mera disputa política interessada, envolvendo também a historiografia e seus conceitos. Os nomes variam: “proclamação”, “intentona”, “revolta”, “impeachment”, sem falar dos inúmeros eventos que foram chamados solenemente de “revolução” sem merecê-lo. (2019, p.407)

O golpe assume o caráter de impeachment, o discurso é modificado para a perpetuação do golpe de Estado, que, na atualidade, se impõe contra o advento das mudanças sociais e econômicas. Segundo Bauman (2001, p. 101): “A obediência aos padrões tende a ser alcançada hoje em dia pela tentação e pela sedução e não mais pela coerção – e aparece sob o disfarce do livre-arbítrio, em vez de revelar-se como força externa.”

O golpe estatal dado na contemporaneidade não se desenvolve por meio da força armamentista militar, ocorre burocraticamente e com o uso das medidas governamentais como Impeachment juntamente ao auxílio midiático, torna-se outra forma, invisível e manipulador que produz novas condições de poder e controle na estrutura pseudodemocrática. Baseando-se na concepção, na qual os processos antidemocráticos estão expostos em sociedade. E, como implicação, farão-se presentes na literatura, como a exposição do reflexo social, conseqüentemente, abordaremos a ficção orwelliana para percebermos as características políticas com base nessa visão.

4 A ESCRITA DE GEORGE ORWELL: UMA FÁBULA SATÍRICA SOBRE A REPRESSÃO EM UM GOVERNO DITATORIAL

A abordagem sobre a escrita orwelliana mostra-se como papel ímpar para o desenvolver deste trabalho. Ao observamos o contexto histórico e a vivência do autor como fator notório para seu estabelecimento como escritor político. De maneira, Eric Arthur Blair (1903-1950), assume o pseudônimo George Orwell, nasceu em Bengala, na Índia, que se encontrava sob a dominação inglesa, assim, percebe na juventude sua vocação para escrita, e quando ingressa na polícia imperial britânica faz-se crucial para o desenvolvimento de sua rebeldia contra os sistemas políticos opressores. Segundo Hitchens: “É uma síntese do que Orwell aprendeu sobre terror e conformismo na Espanha, do que aprendeu sobre subserviência e sadismo na escola e na polícia birmanesa, do que descobriu sobre miséria e degradação em O caminho para Wigan Pier, do que aprendeu sobre propaganda e falsidade em décadas de batalhas polêmicas” (2002, p. 109).

Porquanto, mesmo Orwell alegando veemente como esteve propenso à escrita puramente descritiva, reconhece a necessidade política atrelada ao seu contexto social, que conclama um discurso em sua função. De modo, sua vivência estabeleceu seus textos distópicos, todavia, a atualidade destes textos evidencia que a escrita orwelliana perpassou seu contexto histórico. Destarte, as interpretações modificam-se para a adequação no século XXI, porém, a obra contém características universais deu-se sua ambientação à literatura universal devido ao enredo adaptável à modernidade.

De certo, os cenários distópicos orwellianos são a maneira de expor as experiências advindas das vivências no país fruto de uma colonização; uma Europa destruída por Guerras Mundiais

e suas implicações. Assim, o autor transmite a constante denúncia do processo opressor, por meio de universos que se mostram repressivos correlacionados entre dominador e dominado.

De acordo com Orwell (1946, p.04):

Propósito político – usando a palavra “político” no sentido mais vasto. Desejo de puxar o mundo numa dada direcção, alterar as ideias das outras pessoas para o género de sociedade por que devem afinal lutar. Uma vez mais, nenhum livro é genuinamente livre de inclinação política. A opinião de que a arte não deve ter nada a ver com a política é, em si mesma, uma atitude política.

Portanto, percebe-se a intenção de metamorfosear a política em arte, estabelece uma posição de fala consciente sobre sua função social. Suas obras tornaram-se um marco na literatura devido à demonstração da intencionalidade contendo olhares sobre a condição da população e a devastação resultada da centralização de poder.

A partir da perspectiva politizada da obra de Orwell, seguiremos com uma abordagem analítica entre a dinâmica construída para a ditadura no Brasil e o livro “A Revolução dos Bichos”, para desenvolvermos paralelos na configuração dos ambientes ditatoriais, o discurso de Orwell e o contexto histórico brasileiro de 64, ao objetivar encontrarmos na configuração dos períodos as conformidades e discrepâncias.

4.1 Análise comparativa: “A granja dos Animais e o Golpe de 64”, a construção de um período ditatorial e suas implicações.

Na obra “Introdução à Sociologia”, Elias (2008) aborda o conceito configuracional, que infere sobre a construção de interligações na sociedade. Portanto, traz à tona a constituição de teias de interdependência voltadas às camadas sociais, conceituando uma sociedade relacionada aos indivíduos que interdependem. Ademais, a obra “O processo civilizador” (1990, 1993) aborda sobre a transformação comportamental no processo civilizatório, no qual o “autocontrole” evidencia-se e torna-se obrigatório. Dado que ocorre as redes de conexão, desenvolvidas e aprendidas por meio do *habitus*, ou seja, momentos históricos e sociedade que demandam uma postura do sujeito.

Nesta perspectiva, ao abordarmos o aspecto militarizado no Brasil, exhibe-se incluído na vida civil, a partir da infância, e anteriormente ao golpe de 64, a prática militar operava no país. A abordagem da professora Rosa Fátima de Souza (2000), trata sobre a questão da “militarização da infância” por meio de “práticas de natureza patriótica e cívico-militar” que

estavam em rigor nas escolas primárias do período de XX. Segundo a escritora, estes “elementos corroboram no projeto de construção da nacionalidade brasileira na primeira metade do século.” (2000, p.105).

Assim, a construção da configuração de naturalização e exaltação das práticas militares no país, mostra-se ao adentrarmos o calendário varguista, repleto de desfiles estudantis que se assemelhavam às paradas militares, aborda a construção da disciplina corporal, e elabora um modelo por meio das Forças Armadas, exhibe o processo identitário do militarismo nacionalista no Brasil (PARADA, 2009). Percebe-se a construção de uma narrativa que subterfugia o futuro discurso utilizado pelos militares, a ideia sobre “restauração da ordem interna e prestígio” (FICO, 1997, p. 49) advinda do otimismo acerca do militarismo, que afirma o progresso econômico e social. Esta conjuntura foi criada juntamente com a mídia. Neste caráter Sodré aborda que:

[...] vencido em 1961, o movimento antinacional e antidemocrático retraiu-se, organizou-se e preparou, longa e meticulosamente a investida que lhe permitiria a vitória. Em março de 1964, com tudo rigorosamente articulado, no exterior e no interior, deflagrou a preparação publicitária que anunciaria as ações militares: toda a grande imprensa, articulada em coro, participou dessa preparação psicológica, como o rádio e a televisão. (2011, p.599-600)

A construção de um regime autoritário, de acordo com Stoppino (1986, p.95): “São chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas”. Na visão do autor é um sistema político que por meio da autoridade e estrutura hierárquica tem função conservadora [e não modificadora].

De maneira, esse processo configuracional o qual os seres em sociedade são constituídos por teias, e pelo exercício de suas funcionalidades. Poderá ser observado na obra “A Revolução dos Bichos” (2000), o enredo consiste em um ambiente dividido entre o trabalho, violência e opressão advindos da construção de um governo totalitário que na visão arendtiana, faz-se como “a dominação permanente de todos os indivíduos em toda e qualquer esfera da vida” (ARENDDT, 1989, p. 375). Deste modo aborda o *habitus*, na visão elisiana significa a configuração social dos homens, expondo saberes sociais incorporados nos indivíduos, ou seja, uma “segunda natureza” do indivíduo social. (ELIAS, 1994).

Logo, Arendt (1989) traz à tona que o totalitarismo, geralmente posterior a eventos e situações catalisadoras em que as massas propendem a apoiar esses governos. Na concepção da autora, após a Primeira Guerra Mundial, com ascensão antidemocrática, ditatorial de sistemas que eclodiram na Europa, efetuou-se como elemento desestruturador social que corrobora nos ideários repressivos. A obra de Orwell surge neste momento histórico em consequência, com o caráter anti-totalitário, desenvolve um enredo que aborda este sistema político.

Neste panorama, objetiva-se efetuar um paralelo entre os sistemas políticos e as perspectivas históricas de cada período abordado. Observemos que a construção do autoritarismo brasileiro se fez com suporte militar, cívico e midiático, e na obra “A Revolução dos Bichos” (2000) poderemos observar sobre o desenvolvimento do totalitarismo, com base nos pilares semelhantes ao Golpe de 64. Faz-se importante esclarecer que a fim de evitar a repetição do título da obra alvo desta pesquisa, abreviaremos para sigla RB.

A partir da obra orwelliana nota-se que o autor cria personagens inspirados na crença da possibilidade de transformação. Na “RB” (2000) encontramos a esperança depositada nos animais; o avanço da revolta efetuada na granja, os bichos organizam-se, de modo, efetua-se um processo de transformação social a partir da transcrição de poderes, quando o líder oligárquico é destituído e o poder governamental é efetuado por meio da participação popular e a busca da divisão igualitária entre os pertencentes daquele meio.

Assim, com base na divisão de poderes democráticos, os animais elegem os porcos para iniciarem o governo da “Granja dos Bichos”, anteriormente a revolução, chamara-se Granja do Solar. “Apagou o nome GRANJA DO SOLAR do travessão superior e, em seu lugar escreveu GRANJA DOS BICHOS. *Seria esse o nome da granja daquele momento em diante*” (RB, 2000, p. 22). A mudança da nomenclatura simboliza a tomada de poder. De maneira, a granja faz-se em primeiro momento como um lugar propício para prosperidade e igualdade, perpassa como idealização utópica, não obstante com o tempo assume um caráter distópico.

De forma análoga, no período de abril de 1964, o Brasil marcou-se por uma transição governamental com base nos avanços da procura de poder militar, ao assumirem a presidência, efetuando um golpe civil-militar, antidemocrático, que exilara o presidente democraticamente eleito. Difere-se da intencionalidade da revolução presente na obra de

Orwell, uma vez que previa o bem-estar social de todos, o golpe brasileiro visava perpetuar a divisão social corroborando no acentuamento da desigualdade.

Logo, retomaremos a obra de Orwell, que mostra outra diferença entre as configurações, dado que aborda uma revolução que parte da classe oprimida, através do discurso do velho ancião – ademais, pela concordância dos animais na granja – é perceptível a precariedade nas condições de subsistência dos bichos, sejam elas, para sobrevivência física ou mental.

A obra entrelaça-se, primeiramente, na busca por equidade, exibindo-a a partir do momento que buscam o extermínio das condições repressivas de vida dos animais. “O galpão dos arreios, no fundo dos estábulos, foi arrombado; freios, argolas de nariz, correntes de cachorro, as cruéis facas com que Jones castrava os porcos e os cordeiros, foi tudo atirado ao fundo do poço” (RB, 2000, p.19). A destruição dos utensílios utilizados para condicionar os bichos a aceitação da degradação, deu-se como primeiro passo à igualdade entre eles. Além disso, para acentuarem a importância de evitar o comportamento humano, os bichos criaram mandamentos com base no Animalismo, que foi condensado em uma máxima “*QUATRO PERNAS BOM, DUAS PERNAS RUIM*” (RB, 2000, p.31) a intenção era tornar a conceitualização acessível a todos os animais. Segue os mandamentos:

OS SETE MANDAMENTOS

1. Qualquer coisa que ande sobre duas pernas é inimigo.
2. Qualquer coisa que ande sobre quatro pernas, ou tenha asas, é amigo.
3. Nenhum animal usará roupas.
4. Nenhum animal dormirá em cama.
5. Nenhum animal beberá álcool.
6. Nenhum animal matará outro animal.
7. Todos os animais são iguais. (RB, 2000, p.22)

A princípio, os mandamentos nivelados à Constituição, exhibe a faceta democrática da Granja por meio de reuniões abertas, debates, que todos seriam oportunizados com a possibilidade de fala a respeito das demandas populacionais. Todavia, quando o líder Napoleão com o uso da autoridade centraliza o poder de forma antidemocrática, a constituição perpassa por um processo de alteração nas suas cláusulas.

Logo, por meio do Poder Constituinte, que se define como “a autoridade máxima da constituição, reconhecida pelo constitucionalismo, vem de uma força política capaz de estabelecer e manter o vigor normativo do texto”. (MENDES; BRANCO, 2014, p.103). Este visa o mantimento da atualização da Constituição para que efetue as necessidades sociais.

Mas, o Poder Constituinte foi utilizado para reformas antidemocráticas utilizadas em sociedades ditatoriais, como na Granja dos Animais, modifica-se o texto para que cumpra os requisitos do líder da Granja, visa o bem-estar próprio e da minoria que faz parte de seu governo ditatorial. Segue as transformações efetuadas na Constituinte:

Nenhum animal dormirá em cama *com lençóis*. (p.58)

Nenhum animal beberá álcool *em excesso*. (p.92)

Nenhum animal matará outro animal *sem motivo*. (p. 67)

Todos os animais são iguais, *mas alguns são mais iguais que os outros*. (RB, 2000, p.112)

As alterações nos mandamentos são efetuadas com base em um processo lento, no qual objetiva que os viventes da Granja não compreendam que estão à mercê de um governo autoritário para que assim não reivindiquem seus direitos. Por isto, a deturpação da constituinte igualitária dos animais, desenvolve-se por meio do processo totalitarista dos líderes, que mantém a corrupção e condições governamentais que visam a autenticidade deste projeto. A reforma da Constituição dá-se como parte de um projeto mantido com o uso da propaganda, oratória e o meio de comunicação perpetuam a ideologia do governo para continuar detendo o poder e manter a população alienada.

De maneira, os mandamentos como semelhantes à Constituição brasileira garantem os direitos da população, todavia, ambos posteriormente ao golpe sofrem alterações por meio dos Atos Institucionais que legalizaram as violências com base constitucionalizada. Desta forma, o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, afirma:

A ordem jurídica do regime militar era híbrida: ainda vigorava a Constituição de 1946, porém, nos limites estabelecidos pelos atos institucionais que passaram a ser editados. Em outras palavras, ao lado de uma ordem de base constitucional, de caráter permanente, havia uma ordem de base institucional, de caráter transitório, que vigoraria o tempo que fosse necessário para consolidar o projeto político dos militares. As Constituições de 1946 e de 1967 – alterada pela Emenda Constitucional no 1/1969 – e os atos institucionais editados durante o regime eram tidos pelos militares como normas fundacionais, a partir das quais se construiu o ordenamento jurídico da ditadura. (2014. p.935)

É perceptível que a ditadura brasileira faz uso do poder de driblar a Constituição para construir o período governado pelos militares, ao utilizarem dos atos institucionais, desenvolveram o meio para legitimar o poder desenfreado neste período, que têm como marco autoritário a decretação do AI-5 em 1968, documento que possibilita o recesso do Congresso e Assembleias Legislativas, deu-se os poderes máximos à figura presidencial, retira os direitos básicos da população como *habeas corpus*, autoriza os julgamentos com base em crimes políticos, sendo desenvolvido para impedir as greves e manifestações.

Além que a Doutrina de Segurança Nacional³⁶ foi o princípio dos regimes militares vivenciados na América Latina, que, voltam-se para “filiação à civilização ocidental cristão” (ideais estadunidenses). Foi adotada pelos empresários e militares que compreendiam a disciplina e divisão de classe como importantíssimas para o progresso industrial, dado que “[...] Estado seria estável por intermédio do autoritarismo político incorporado na doutrina de segurança nacional.” (DREIFUSS, 2006, p. 87).

Logo, o golpe desferido em 1964 é a representação de uma organização social que triunfa perante outros projetos em sociedade. Juntamente ao nacionalismo, utilizado como fundamentação do processo fraudulento ao esvaziá-lo para exaltar um sistema político excludente. Outro método governamental para centralização é a censura no Brasil, acontece por meio da tentativa de legalização com base nos aparatos institucionais, particularidade dos governos militares brasileiros, este processo dava-lhe as aparências de legitimidade. A utilização de decretos e leis que regulavam a censura e justificava-a utilizava-se do discurso moralizante sobre bons costumes.

Analogamente à censura no período ditatorial brasileiro, na obra “RB” exhibe-se ao leitor um processo lento que retira o poder de exposição dos animais, no qual não os permite opinar sobre as condições de vida na Granja, semelhantemente a construção da censura brasileira. Evidencia-se esse processo no seguinte trecho:

Napoleão, com os cachorros a segui-lo (...) anunciou que daquele momento em diante terminariam as Reuniões dos domingos de manhã. Eram desnecessárias perdas de tempo. Para o futuro, todos os problemas relacionados com o funcionamento da granja seriam resolvidos por uma comissão de porcos, presidida por ele. (...); não haveria debates. (RB, 2000, p.48)

A proibição de debates traz à tona a construção de um processo desigual que garante o poder do discurso a alguns e submete os outros a posição de ouvinte, percebe-se a censura a partir do momento que opinar tornou-se um ato criminoso ou um temor. A tática governamental é a manipulação e dominação midiática por meio do controle, definir os acontecimentos acessíveis à população.

³⁶ A Doutrina de Segurança Nacional iniciada nos EUA, no período de Guerra Fria, direcionada às forças armadas sul e centro-americanas, objetivando defender o ocidente contra o comunismo. A ESG (Escola Superior de Guerra), inaugurada em 49, mais conhecida como “Sorbonne” brasileira, formada com auxílio militar dos Estados Unidos, foi o principal centro de estudos militarizados no país, espalhava o ideal americano-brasileiro e corroborava o cenário maniqueísta do cenário de Guerra Fria. (DREIFUSS, 2006)

Cecília Maria Bezerra de Oliveira | Késsia Poliana Santos Soares

Segundo Candido (2011, p. 193) “Uma sociedade justa pressupõe o respeito aos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis, é um direito inalienável.” Destarte, uma sociedade privada de arte e censurada por expor literatura atrelada à política, mostra-se na percepção de Candido, um ambiente que exclui os direitos básicos e humanos da população, a inacessibilidade e exclusão da arte é uma violência à cultura e o pensamento autônomo da população.

Além disso, como método governamental nos dois universos, ocorre o emprego de propagandas criadas pelo governo visando a dominação populacional e a manipulação sobre as verdadeiras condições governamentais. De forma que ocorre, especialmente, ao controlar as mídias. Nas ditaduras, a propaganda procura perpetuar o poder do governo que a controla. (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1963). Como na obra “RB”, o governo totalitarista desenvolve poemas sobre o líder:

(...)
Todos os bichos, grandes, pequenos,
Dormem tranquilos, enquanto
Tu zelas por nós na solidão,
Camarada Napoleão! (RB, 2000, p.80)

No Brasil ditatorial acontece a construção da propaganda a partir de músicas que exaltam a nação, na década de 70, um dos grandes hits era uma música interpretada pela banda Os Incríveis (1970) e composta por Dom & Ravel, a canção cultuava o sentimento ufanista do brasileiro ao exaltar a beleza do país, sendo utilizada nos eventos cívicos.

(...)
Eu te amo meu Brasil, eu te amo
Meu coração é verde, amarelo, branco, azul anil
Eu te amo meu Brasil, eu te amo
Ninguém segura a juventude do Brasil (EU TE AMO, MEU BRASIL, DOM & RAVEL, 1970)

O paralelo entre o poema e a canção mostram-se a partir das suas construções efetuadas pelas ditaduras, como discurso que contém a finalidade de exaltar o ambiente governamental ou a representação deste – o líder – ao utilizarem de letras fácies e melodiosas para que o público consiga decorá-las, ambas são aprovadas pelos governos e feitas de propagandas governamentais.

Percebe-se que a propaganda ufanista no Brasil contém caráter didático, celebrativo e corrobora na criação da imagem progressista brasileira para o restante do mundo, por meio da supervalorização do nacionalismo e esperança proporcionada pelo governo regente. Ademais,

o caráter paternalista, o qual impõe ao cidadão um sentimento de proteção estatal, paralelamente o exclui das escolhas, e, coloca-o como inapto fazendo-o por meio do apagamento da sua condição.

Na “RB” (2000), também ocorre o desenvolvimento de propagandas que exaltam o ambiente por meio do paternalismo, e responsabilizam-se por criarem a pseudoconfiança transmitida aos bichos como em “*Granja dos Bichos, Granja dos Bichos, Jamais te farão mal!*” (RB, 2000, p.76) De tal maneira, na concepção de Arendt (1989, p. 411) “O verdadeiro objetivo da propaganda totalitária não é a persuasão, mas a organização”. Por meio da criação de propagandas, slogans, poemas e canções torna-se mais simples manipular a população e fazê-la alienada ao governo.

De modo, “a propaganda totalitária cria um mundo fictício capaz de competir com o mundo real”. (ARENDR, 1989, p.410) A intencionalidade da propaganda é criar um mundo imaginável, a população fica à mercê das publicidades efetuadas pelo governo que nega a realidade. Assim, a manipulação dos meios de comunicação permite a construção de uma realidade artificial, que não reflete a opinião pública, nem a realidade em sociedade. Exibe-se o porquê destes meios serem formadores de opinião fundamentais durante o ditatorialismo.

Portanto, equivalente a obra e o Brasil de 1964 a 1985, percebemos a efetuação de períodos que se mantiveram com base na violência e repressão. Mesmo que, a obra iniciasse com um ideário justo e igualitário, é importante ressaltar que no Brasil, a efetivação do golpe civil-militar foi por meio da quebra dos direitos básicos dos brasileiros. Ademais, planejado a partir de classes minoritárias que pretendiam manter seus privilégios com base na exploração e desigualdade. O seguinte trecho final do livro possibilita uma analogia entre o autoritarismo e o totalitarismo, no qual os dominantes exibem sua faceta semelhante:

Doze vozes gritavam cheias de ódio e eram todas iguais. Não havia dúvida, agora, quanto ao que sucedera à fisionomia dos porcos. As criaturas de fora olhavam de um porco para um homem, de um homem para um porco e de um porco para um homem outra vez; mas já se tornara impossível distinguir quem era homem, quem era porco. (RB, 2000, p.117)

Logo, no autoritarismo e totalitarismo, a disciplina e a hierarquia entre as classes são primordiais para o desenvolvimento do governo. Assim, a obra e a ditadura brasileira exemplificam o trecho do livro “A Era de Extremos: O breve século XX: 1914-1991”, de Hobsbawm (1995) afirma que ao olharmos para o século anterior que “nos ensinou e continua

a ensinar que os seres humanos podem aprender a viver nas condições mais brutalizadas e teoricamente intoleráveis”. Esta narrativa ocorre repetidamente nos sistemas ditatórias e no enredo da obra que aborda o totalitarismo, indubitavelmente ocorre a naturalização destes acontecimentos e o homem inicia o processo de adequação ao contexto que se insere, apesar de ser consideradamente improvável para sua condição de vida básica.

Notemos, portanto, que segundo Arendt (2013, p. 20-36), em sua obra “Entre o passado e o Futuro”, a autora aborda sobre o papel da história como registro dos eventos políticos, que por meio deles é visualizado as possibilidades ao futuro. De maneira, a história funciona como fonte da verdade sobre os fatos, e esta lembrança traz a ideia de liberdade política, e, o processo de participação ativa. Implica, de modo, na resistência que perpassa na atualidade brasileira, quando tratado sobre a recente democracia vivida no país, também o golpe de 64 possibilita na contemporaneidade, uma onda antidemocrática atrelada ao nacionalismo exacerbado. Visto isso, faz-se necessário compreender a Literatura e a História como forma de lembrar o passado e modificar o possível futuro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a comparação da obra *A Revolução dos Bichos* ao período ditatorial brasileiro evidenciou as características violentas e opressivas, demonstradas nas visões dos sistemas: totalitário e autoritário, seus processos de construção dos meios que impossibilitam a existência plena de ambiente desigual, opressor e violento.

Com base na pesquisa, observou-se a amplitude da obra de Orwell que possibilita análises sobre seu temor ao totalitarismo e meios que ferirão à liberdade individual do homem em sociedade. Nesta perspectiva, a obra é um constante clamor à liberdade humana, o autor sinaliza pela constante necessidade de reivindicar seus direitos básicos, a exemplo da liberdade de expressão e o pensamento crítico.

Por fim, a obra orwelliana não ocorre puramente como expressão artística, mas fundamenta-se como testemunho de períodos sombrios na história da humanidade, que urgiram sua manifestação para evidenciar seu medo perante os possíveis rumos que as nações poderiam escolher resultando em violências inimagináveis. Como um paralelo à conjuntura do horror vivenciada no Brasil, devemos recordá-la para que evitemos outro levante violento como

ocorrido em 64, a necessidade de reconhecer a história, como Orwell reconheceu a sua arte literária: um testemunho do que não deve se repetir.

Destarte, este trabalho funcionou para efetuar uma ponte entre as áreas do conhecimento: a Literatura e a História do Brasil, visou demonstrar a necessidade do texto literário como discurso engajado para a transformação social, reconhecendo a importância da arte literária para contar fatos históricos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Palestra sobre lírica e sociedade**. In: Notas de Literatura. São Paulo: Ed. 34, 2003.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BAUMAN. Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000.

_____, Antonio. **O direito à Literatura**. In: **Vários escritos**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf Acesso em: 1 de março de 2021. p. 935.

CORDÃO. Michelly Pereira de Souza. **O jogo político da democracia: a luta simbólica no “fim” da ditadura brasileira**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.

CONGRESSO NACIONAL. **Lei nº 5.536**. De 21 de Novembro de 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5536.htm. Acesso em: 02 de março de 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Moderna, 1994.

CLAEYS, Gregory. **Dystopia: A Natural History. A study of modern despotism, its antecedents, and its literary diffractions**. Oxford: Oxford University Press, 2017, 556 p.

DERMENGHEM, E. **Thomas Morus et les utopistes de la Renaissance**. Paris: Plon, 1927.

DREIFUSS, R. A. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe, Vozes**. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2006.

DUBOIS, Claude-Gilbert. **História de uma palavra: Ensaio de definição da utopia**. In: Problemas de utopia. Campinas Ed. Publiel, 2009.

DUNNING, Eric. MENNELL, Stephen. **Prefácio à edição inglesa**. In: ELIAS, Norbert. Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Tradução de Ruy Jungmann. [v. 1.] Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

_____. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Tradução de Ruy Jungmann. [v. 2.] Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2001.

_____. Norbert. **Gesammelte Schriften. Gesammelte Schriften 01 – Frühschriften: Band. I. Herausgegeben im Auftrag der Norbert Elias Stichting – Amsterdam**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2006. Disponível em:
http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280478/1/Ribeiro_LuciSilva_D.pdf
Acesso em: 4 de março de 2021.

_____. **Introdução à sociologia**. Tradução de Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação desenvolvimento da educação, 2. Ed., 1995.

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo: Ditadura, Propaganda, e o imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FRIEDRICH, Carl J.; BRZEZINSKI, Zbigniew. **Totalitarismo e autocracia**. Tradução Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

FROMM, Erich. **Posfácio (1961)**. In: 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. Companhia das Letras. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. **Teoria Crítica e Literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade**. Anuário de Literatura, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 201-215, out. 2013.

HITCHENS, Christopher. **A vitória de Orwell**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LÖWY, Michael. **Barbárie e Modernidade no século XX. In: Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. Companhia das Letras. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. 22. ed. São Paulo: Globo, 2014.

MENNELL, Stephen. **Norbert Elias – an introduction**. Dublin: University College Dublin Press, 1998.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MCCHESENEY, Robert W. Mídia global, neoliberalismo e imperialismo. In: MORAES, Denis de (org.) **Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder**. 5ªed. São Paulo: Record, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. **Golpe de Estado: entre o nome e a coisa**. Estud. Av. São Paulo. v. 33, n.96, p.395-420, Aug.2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142019000200395&lng=en&nrm=iso Acesso em: 02 de março de 2021.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino Nunes. Estado *versus* sociedade civil: O processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979). In: **PRIMA FACIE**, v. 8, 14, JAN-JUN, 2009.

_____. George. (1946), “**Why I Write**” in Orwell, G., Why I Write, p. 1-10 acesso em: <https://docplayer.com.br/26843003-Porque-escrevo-george-orwell.html>.

_____. George. **A revolução dos Bichos**. Editora Claro Enigma, 2012.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PARADA, Mauricio. **Educando Corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2009.

Cecília Maria Bezerra de Oliveira | Késsia Poliana Santos Soares

PETIFILS, J-C. Thomas More. **Les socialismes utopiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SICHEL, E. **O Renascimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

STOPPINO, Mario. **Autoritarismo**. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs). Dicionário de Política. Brasília: UnB, 1986.

RIOT-SARCEY, Michèle. **Le réel de l'utopie: essai sur le politique au XIXe siècle**. Paris: Bibliothèque Albin Michel Histoire, 1998.

RODRIGUES, Marly. **A década de 1980. Brasil: quando a multidão voltou às praças**. São Paulo: Ática, 1990.

SAFLATE, Valdimir. **Do uso da violência contra o estado ilegal**. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). O que resta da ditadura. São Paulo: Boitempo, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. **A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira**. Cad. CEDES [online]. 2000, vol.20, n.52, pp.104-121. ISSN 0101-3262. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622000000300008>.

STOPPINO, Mario. **Autoritarismo**. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs). Dicionário de Política. Brasília: UnB, 1986.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

VERSIANE, Maria Helena. **“Constituinte brasileira vive a democracia”**. In: QUADRAT, Samantha. (Org.). Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate. Rio de Janeiro: Letras, 2014.